

A construção do conceito de monarquia medieval

Fátima Regina Fernandes

1-Realidades em transformação

Os estudos de História Medieval buscam estabelecer relações explicativas entre dois eixos da sociedade política: monarquia e nobreza. O que caracteriza a nobreza é o exercício efetivo ou a capacidade de exercício direto ou indireto de prerrogativas senhoriais e jurisdicionais, julgar, convocar e cobrar tributos. Tais direitos só são, no entanto, exercidos na prática, por quem domina as principais fontes de poder, a proteção do rei e o controle de contingentes bélicos mantidos a partir de vinculações vassálicas pagas com patrimônio e com a intercessão junto ao rei para obtenção de benefícios. Nesta linha podemos definir sociedade política como o conjunto dos indivíduos ou grupos que detenham capacidade efetiva de ação e intervenção política junto à monarquia, interferindo efetivamente na governação.

A ordem nobiliárquica possui naturalmente uma estratificação complexa e mutável em todas as épocas medievais. Os estudos de Salvador de Moxó classificaram os estratos nobiliárquicos ibéricos ligados ao movimento de Reconquista cristã, à época do *Repartimiento de Sevilha* no século XIII a partir de três critérios: sangue, patrimônio e *privança*. Categorias válidas para uma visão clássica da plenitude medieval, mas que teria de observar adequações quando aplicadas aos contextos posteriores da baixa Idade Média. Cada vez mais o serviço direto ao rei tornar-se-ia a base da promoção social, um serviço que ia muito além da guerra e que passava pelo exercício de cargos e funções cada vez mais complexos e diferenciados, fator que contribuía para uma crise de identidade deste grupo. Os valores mais tradicionais de honra, sangue e

autonomia em relação à monarquia seriam ainda defendidos ideologicamente por vários autores patrocinados pelos estratos mais tradicionais e antigos desta nobreza saudosos de um contexto onde sua justificação social era menos questionável. No entanto, as alternativas multiplicam-se e surgem vozes abalizadoras de modelos comportamentais, éticos e políticos mais flexíveis adequados às realidades sócio-políticas demandadas pelas monarquias dos séculos XIV e XV. A centralização crescente que atingiria os instrumentos legislativos, administrativos e tratadísticos seria sentida nas cobranças feitas à nobreza como um todo e mais rapidamente atendidas entre os secundogênitos, bastardos e desfavorecidos de um modo geral. Muitas vezes aqueles que restaram após os efeitos da crise demográfica gerada por extinção da varonia ou biológica de linhagens atingidas pelas catástrofes naturais das pestes, endogamia generacional e vítimas dos conflitos que se multiplicam e tornam-se fenômenos constantes conduzidos pelos reis e no interesse legítimo apenas da monarquia. Os chamados excedentes sócio-políticos recepcionam mais facilmente as inflexões necessárias à manutenção da *ordo* nobiliárquica numa condição de elite frente à concorrência de outros estratos não-nobilitados.

As fontes chancelares apresentam, assim, uma evidência da crescente atuação destes grupos de uma nobreza de serviço junto aos reis aportando igualmente a esta instituição elementos de atualização depois de superadas algumas crises de estranhamento mútuo. As estratégias e a própria ética da guerra e das negociações seriam objeto de discordância entre o rei e a nobreza regenerada, mesmo quando aquele era agente de semelhante extrato social, preso ainda a modelos de padrão mais tradicionais. No entanto, com o tempo, prevaleceriam as estratégias mais dinâmicas dada a sua clara eficiência: as

ações bélicas menos ortodoxas, subterfúgios de ação improvisada, profissionalização militar de grupos nobiliárquicos e vilões utilizados como armas eficientes de guerra assim como uma atualização dos modelos militares clássicos.

As fontes genealógicas e cronísticas, por sua vez, fixariam modelos de uma ideologia legitimatória. Estruturalmente sabemos que a monarquia e a sua sociedade política constituem-se enquanto agentes concorrentes e complementares do poder e portanto, partilham dos mesmos meios de afirmação ideológica, assim, as obras de natureza e estratégias discursivas semelhantes buscariam construir uma imagem de estabilidade do reino, sua unidade, sua identidade seja ao nível das elites, no modelo nobiliárquico, seja ao nível mais abrangente da monarquia, no caso régio. Em qualquer dos casos o caminho é partir do indivíduo, configurar sua trajetória de maneira singular, mas não extra-humana e sugeri-lo como modelo de toda uma linhagem ou mesmo de uma dinastia. O que importava destacar nestas obras era a função de referência de poder que esta figura atribuiria a todo o seu grupo, uma mitificação com pouca especificidade, capaz de ser atual e ou atualizada em vários contextos, uma estratégia de projeção sócio-política que importava perpetuar e reforçar na ancestralidade da história do reino. Este, ao nível macro, constituiria a base cultural plasmadora de diferentes tradições com alto nível de especificidade local e regional, cumprindo assim, a função básica das ideologias. O caso típico de aplicação desta estratégia no reino português encontramos na fusão do património dos Pereira à época da eficiente atuação do Condestável Nuno Álvares com a Casa régia de Avis em meados do século XV. O nobre, que pelo serviço ao rei granjeara e mantinha ciosamente todos os

Condados do reino plasmaria a história de sua linhagem à do reino ao aceitar a união matrimonial de sua filha com o Duque de Bragança, filho de D. João I. Os Pereira passariam a ser reconhecidos como parte do universo simbólico das origens da Casa de Bragança e portanto, da dinastia de Avis.

Os dois vértices desta figura, a nobreza e a monarquia deveriam trabalhar conjuntamente na construção de uma unidade fundamentada, segundo os tratados de *Speculum Regum*, no consenso, na concórdia e na unidade das vontades individuais. Ao monarca prescrevia-se o domínio de sua vontade individual em prol da consideração do bem comum, um instrumento a serviço da *utilitas publica*. Obras que tentariam uma contenção da tirania, perigo iminente diante da dialética do poder régio na plenitude medieval. O avanço da centralização administrativa, legislativa e fiscal manifestava os sintomas de uma excessiva concentração de poderes nas mãos dos reis. Uma política que gerava descontentamento na base e no cume das estruturas sócio-políticas e que os teóricos medievais, especialmente os membros das ordens mendicantes que tinham ascendido às Universidades, ocupariam-se em delimitar. Urgia a contenção ética e moral da função régia ao mesmo tempo em que se buscava a unidade do poder, uma unidade plena de universalidade. Daí a obsessiva leitura e aplicação de Aristóteles nestes séculos XIII e XIV, ele que na *Política* e na *Ética a Nicômaco*¹ defende as vantagens práticas da aplicação da monarquia como um mal menor dentre os regimes políticos. Os seus leitores, Tomás de Aquino, Egídio Romano e Álvaro Paes, dentre outros esforçariam-se por usar de seus argumentos na composição de um ideal de

¹ ARISTÓTELES, *A Política*, SP: Martins Fontes, 2002 e Id, *Ética a Nicômaco*, Lisboa: Quetzal, 2006.

monarquia. Admoestações teóricas que tentariam definir e fixar os limites da vontade régia frente à sua missão de serviço ao coletivo, ao *regnum*.

A defesa, no entanto, de uma autonomia no âmbito da *potestas* evoluiria para uma concepção de universalidade dentro do espaço régio surgindo a figura de Imperadores dentro de seus reinos. Condição agravada especialmente pela crise das estruturas de poder universal, o Papado, enfraquecido pelo Exílio de Avinhão e Cisma do Ocidente descambaria num movimento conciliarista que descentralizaria as decisões da cúpula pontifícia. O Sacro Império Romano Germânico, por sua vez, ficaria envolto numa crise sucessória por meio século até que a Bula de Ouro e a definição do Colégio dos Eleitores Imperiais desse a esta instituição uma base de estabilidade colegiada. A proposta universal passaria assim, ao limite do reino e agravaria ainda mais a regionalização do clero e dos poderes em geral submetidos à mesma autoridade do rei. A única guerra justa passava a ser àquela conduzida pelo rei, assim como as tributações e mesmo as fidelidades. O *regnum* representaria assim, as várias frações de cada circunscrição de autoridade, régia, municipal, eclesiástica, nobiliárquica, todas culminando na figura régia como eixo catalizador e intérprete das vontades coletivas transformadas em ação comum. A construção da identidade do reino passaria igualmente pela ação e representação régia, os símbolos e os ritos, as cerimônias, os selos chancelares, a bandeira do rei, o grito de guerra, tudo validado pela escolha régia. A própria História dos reinos passaria pela elaboração de um discurso de construção de um passado comum à luz das ações régias, agente aglutinador por excelência. Assim, manifestam-se as Crônicas de Fernão Lopes, instrumento eficaz de coesão dos desideratos de D. João I, no mais das vezes

desconexos e involuntários, mas apresentados nestas obras como o cumprimento providencial de um destino português, com um passado comum a todos os portugueses que apontava para um futuro igualmente inevitável e grandioso. A dinastia de Avis usaria da metáfora fisiológica das Idades do Mundo, inaugurando, na leitura de Fernão Lopes uma *Sétima Idade*, semelhante em plenitude à *Pax Christiana* na leitura de Paulo Orósio, quando o *Mexias de Lisboa*, D. João I, cumpriria os seus desígnios providencialistas. Em muitas outras ocasiões de ameaça à soberania do reino, os pensadores portugueses reabilitariam esta profecia, atualizando-a e estendendo seu campo de aplicação durante a União Ibérica (1580-1640) e na pena de Antonio Vieira.

2-Metodologia e fontes.

Apesar deste reforço institucional e político a monarquia nestes fins da Idade Média lida ainda com um poder de natureza personalista que se sustentava a partir do diálogo, da troca com a sua sociedade política, base do consenso que mantinha estável esta estrutura. A compreensão da natureza deste poder encaminha-nos para metodologias adequadas de análise das relações políticas que suportam as relações de poder régio-nobiliárquicas. Dentre um amplo leque de possibilidades entendemos ser produtiva a aplicação da Prosopografia como metodologia de base que nos desvende os mecanismos de funcionamento da nobreza que cerca os reis desde a segunda metade do século XIV até os fins do século XV. Um recorte cronológico que se justifica por englobar o último reinado da dinastia de Borgonha, D. Fernando até o estabelecimento do primeiro monarca de Avis, D. João I. Assim, compreendemos as causas estruturais de movimentos profundos das

estruturas nobiliárquicas em transformação, as potenciais interferências na política régia, a parcela de sua responsabilidade por ações ou omissões nas conjunturas agitadas de ingresso do reino português na Guerra dos Cem Anos e os reflexos de suas.

Um trabalho, portanto que se insere na linha de História Social das Instituições, História das Relações de Poder, Sociografia das Monarquias e num âmbito maior na História do Poder. No período que é objeto deste estudo, os poderes de natureza pública encontram-se ainda em consolidação e o poder político apresenta fortes conotações pessoais no sentido da possível influência de fatos individuais, pessoais, privados nas decisões ditas de caráter público, como sejam as decisões régias. Daí a importância de buscarmos na célula da tecitura social que cerca os monarcas, a base para compreendermos os possíveis fatores de influência das políticas régias e descortinar os mecanismos de poder mais intrínsecos à Corte régia medieval dos monarcas em questão.

Neste ponto cabe ressaltar a inestimável valia do recurso às fontes genealógicas portuguesas, o *Livro Velho*, o *Livro do Deão* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Os dois primeiros completados pelo autor do último, Conde Pedro de Barcelos à volta de 1344 integrando com esta obra a genealogia das principais famílias portuguesas nobres de sangue de seu período com a genealogia dos agentes da Reconquista ibérica. Material que constitui poderoso suporte ideológico da nobreza, na medida em que a recuperação das suas origens marcaria a superioridade e autonomia deste grupo frente às pretensões da monarquia. Tal obra define bem, através de exemplos históricos que a sociedade política consciente de seu valor tinha uma

função de cooperação governativa que incluía até mesmo a repreensão e rebeldia em relação ao rei em casos justificáveis, o mal maior seria o rompimento de uma fidelidade jurada ou a traição em relação ao conjunto do corpo nobiliárquico. Os prólogos destas obras são muito significativos das propostas subjacentes a estas obras. O do *Livro Velho* escrito entre 1270-80 /85:

*Agora, amigos, se vos plaze vos contaremos os linhagens dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal. E eles, meos amigos. Foram partidos em cinco partes.*²

O do *Livro do Deão* redigido em data desconhecida e com cópia de 1343:

Em nome de Deos Amen. Por saberem os homens fidalgos de Portugal de qual linhagem vem, e de quaes terras e de quaes coutos, honras e mosteiros e igrejas som naturaes, e per saberem como som parentes, fazemos escrever este livro verdadeiramente dos linhagens daqueles que som naturaes e moradores do reino de Portugal estremadamente. E deste livro se pode seguir muita prol e arredar muito danno: Ca muitos veem de bom linhagem e nom o sabem eles, nem no sabem os reis, nem no sabem os grandes homens. Ca se o soubessem, em alguma maneira lhes viria ende bem, e em alguma maneira, dos

² *Portugaliae Monumenta Historica...*, Livros Velhos de Linhagens, Nova Série, ed. Joseph PIEL e José MATTOSO, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980, *Livro Velho de Linhagens*, v.I, prólogo, p. 24.

senhores. .E est'outros nom casam como devem, e casam em pecado, porque nom sabem o linhagem³.

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* composto entre 1340-44:

E veendo as escripturas com grande estudo e em como falavam d'outros grandes feitos compuge este livro por ganhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha.

E como quer que antre eles deve haver amizade segundo seu ordinamento antigo em dando-se fe pera se nom fazerem mal uus aos outros, a meos de tor [v] arem a este amor e amizade per desfiarem-se.

(...) E por que nem ua amizade nom pode ser tampura segundo natura come daqueles que descendem de uu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro aas cousas per que a amizade se mantem, houve de declarar este livro per titolos e per alegações que cada uu fidalgo de ligeiro esto podesse saber e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse antre aqueles que a deviam de haver. E o que me a esto moveo foram sete cousas⁴.

O grande desafio destas três obras seria consagrar a unidade de uma categoria vinculada pelo sangue e pela solidariedade de grupo. As conexões entre os reis, no caso do Livro do Conde que começa em Adão e segue pelos reis judeus, da Bretanha, da Pérsia, Godos e que chega até os reis das Astúrias é um percurso inicial que aponta para a Reconquista, movimento que concede uma identidade e função a esta nobreza peninsular. A amizade seria fruto da consciência ou rememoração deste passado comum, dos traços de

³ Id, *Livro de Linhagens do Deão*, v. I, prólogo, p. 61.

⁴ Id, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, v. II/1, pp.55-6.

uma identidade nobiliárquica ibérica e da importância deste grupo na formação dos reinos cristãos.

Podemos, assim, ao manusear estas fontes coligir dados biográficos, mas também compreender os projetos ideológicos elaborados por e para esta nobreza nestes contextos de crise de identidade e potencial fragilidade oligárquica frente à monarquia. Além disso, as interpolações posteriores reforçam a manutenção destas obras como eficientes instrumentos de reeducação ética e política da nobreza. As narrativas contidas neste último livro que explicam as origens míticas ou épicas de algumas linhagens seriam igualmente reforçadas com o robusto relato dos feitos de Álvaro Gonçalves Pereira, Mestre Hospitalário em Portugal na Batalha do Salado. A cena ultrapassaria aqui a literatura genealógica e traria em detalhe o protagonismo do cavaleiro da ordem militar, epígono de um dos últimos episódios de Reconquista reforçando o modelo a partir de um ramo linhagístico ilegítimo que pelo serviço ao reino e à Cristandade projetava sua legitimidade funcional nestes fins do século XIV.

A consideração da exportação de modelos culturais, comportamentais e mesmo políticos pressupõem nesta linha de análise inevitáveis atualizações e especificidades atribuídas a estes modelos no sentido de dar-lhes condições de adoção local. A concepção de transferências culturais que ocorrem entre os centros produtores desta cultura oficial elitizada relativiza igualmente uma dinâmica onde haja apenas um centro produtor que exporta e as periferias que o absorveriam integralmente. Além disso, a rede familiar, vassálica e política que sustenta os grupos nobiliárquicos pode levar-nos a imaginar uma realidade estática e extremamente conservadora de ação e só uma análise mais detida

permite reconhecer que nesta estrutura que se propõe a garantir a estabilidade deste grupo no cume da sociedade política convivem soluções por vezes concorrentes de especificidade local e regional que lhe dão dinamismo e atualização. Assim funcionariam os projetos ideológicos e políticos de identidade ibérica da nobreza, adotados como ideal, mas que pressupõem especificidades portuguesas. Podemos constatar, assim, projetos de uniformização aplicados a uma realidade plena de diversidades percebidas na abordagem prosopográfica, assim como as variantes e as atualizações dos modelos numa dinâmica concreta de permanências e mudanças especialmente em contextos de grande sincretismo cultural como a Península Ibérica e em períodos de transição como estes dos fins da Idade Média.

Além disso, as Crônicas régias, assim como as Crônicas particulares, a de *Nuno Álvares Pereira* é disto um bom exemplo, vão se impondo no século XIV⁵. Enquanto fontes narrativas apresentam-se como um rico manancial de recursos para esta pesquisa, além de projetarem uma dinâmica de integração entre a nobreza e a monarquia idêntica aos livros de linhagens.

Neste ponto pensamos também ser fundamental a análise de documentos das *Chancelarias régias* onde se podem medir as variações no volume e intensidade da concessão de benefícios régios aos indivíduos estudados, assim como o estabelecimento dos momentos mais propícios à substituição dos elementos mais diretamente vinculados aos monarcas e os mecanismos e pré-condições de aceitação destes mesmos agentes e suas respectivas regiões de preferencial estabelecimento. O fato de tratar-se de um

⁵ Leonardo Funes, El lugar de la *Crónica Particular de San Fernando* en el sistema de las formas cronísticas castellanas de principios del siglo XIV, in: *Actas del XII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, 1995, Birmingham, ed. Angus M WARD, University of Birmingham, 1998, pp. 176-82.

reino territorialmente reduzido permite-nos abranger a nobreza portuguesa como um todo, sem necessidade de regionalizar a análise, contando ainda com a vantagem de ter os documentos centralizados num único acervo, o da *Torre do Tombo* em Lisboa. Consideramos naturalmente as vinculações que dão uma feição de *extraterritorialidad* a esta nobreza medieval⁶ alargando nossa análise a indivíduos e por vezes linhagens de Castela, Aragão e Navarra potencialmente intervenientes na política régia portuguesa especialmente neste contexto de Guerra dos Cem Anos. Fator que nos obriga constantemente a fazer recurso a fontes complementares como as *Crónicas de Pero Lopes de Ayala* contemporâneas do contexto analisado, ampliando assim, nossa visão contextual e sócio-política.

Da mesma forma, em relação à participação da nobreza na direção política do reino é possível obter resultados numa análise das Atas das Assembléias de Cortes em seus Capítulos Gerais e Especiais que contemple a frequência do assento em *Cortes Gerais* e a natureza e recorrência das reivindicações levadas a estas assembléias pelo braço da nobreza.

O conhecimento dos valores específicos, válidos neste mundo medieval exige ainda um conhecimento das formas de pensamento, das estruturas de parentesco, dos modelos éticos e culturais predominantes, a fim de evitar análises anacrônicas. O poder para os homens medievais é algo distinto do que é para nós hoje, assim como as formas de manifestação e o próprio imaginário do poder. Torna-se, assim, necessário, um estudo de longo prazo, que permita um amadurecimento de conceitos, que nos permita desmontar os discursos oficiais, descortinando intenções e valores que se querem

⁶ Salvador de Moxó Ortiz de Villajos, De la nobleza vieja a la nobleza nueva, in: *Cuadernos de História* (anexos da Revista Hispânia), Madrid: Instituto Jerónimo Zurita, 3(1969), p.1-210.

predominantes, assim como um domínio da variada natureza e estrutura específica das fontes medievais.

3- Estado da arte

Esta via de pesquisa permite-nos apresentar algumas das conclusões atuais sobre o estudo das relações régio-nobiliárquicas na baixa Idade Média portuguesa a partir da metodologia prosopográfica. Várias têm sido as conclusões relativamente a eixos definidores da nobreza enquanto grupo e na sua relação político-ideológica com a monarquia portuguesa: fidelidade, traição ou *deserviço*, bastardia, fronteira, exílios e mobilidades, assim como a identificação das individualidades ou ramos linhagísticos que compõem esta sociedade política e quais suas estratégias de afirmação, níveis de questionamento e reação.

3.1- Desequilíbrios nas relações de poder régias e suas conseqüências.

Primeiramente a importante inserção na sociedade política portuguesa de quadros da nobreza de serviço, especialmente em funções que exigiam cada vez melhor aparato de qualificação específica em muitos casos vindos de fora do reino.

A monarquia necessita destes quadros vindos de outros espaços, no entanto, os questionamentos à sua condição de guardiães de posições vitais à segurança e soberania do reino português ganhariam força na segunda metade do século XIV. O recurso indispensável a estes agentes especializados que adicionariam força bélica às hostes do reino tinha alto custo político para o rei.

Este carecia ainda do reconhecimento e legitimidade auferida nas Assembléias de Cortes Gerais e nestes espaços políticos a maior cobrança apontaria no sentido de um desequilíbrio que o rei Fernando promoveria entre as elites e a base municipal. A guerra, por exemplo, que atingia diretamente os municípios, constituía-se como estratégia de centralização régia frente à nobreza, mas causava demasiado prejuízo à base popular sem qualquer retorno enquanto a nobreza usufruía dos benefícios régios advindos de sua atuação. Fernando promove três guerras contra Castela sem qualquer ganho territorial expressivo e pior que isto, sem consultar os Povos antes de sua deflagração. A ineficácia portuguesa nestes conflitos seria atribuída no discurso do braço popular nas Cortes à nomeação de *estrangeiros* como fronteiro-mor, almirante, Condestável, Marechal e mesmo senhores de castelos fronteiriços. A preocupação é com a integridade das terras, cidades, estradas, meio de vida das categorias não-nobilitadas do reino. A guerra fora do território seria possivelmente melhor tolerada por esta base sócio-política que alega nas Cortes que guerras sempre as houve, o que não podiam suportar era o desequilíbrio entre as excessivas doações régias aos nobres e as rendas auferidas pelo rei. A tributação régia crescera muito atingindo naturalmente os não-privilegiados, até mesmo por conta dos acrescidos gastos de guerra; recursos drenados diretamente para as categorias isentas e privilegiadas promovendo um custo desmesurado, segundo as fontes, para o benefício obtido com tal esforço. Além disso, os gastos régios ultrapassariam as rendas recolhidas gerando o que chamaríamos hoje, um desequilíbrio da balança financeira do reino. Prejuízos financeiros à base municipal que ajuntar-se-iam a derrotas atribuídas à má atuação de tão bem paga força bélica.

A monarquia apresentava-se como uma força de intervenção cada vez mais pesada e invasora das autonomias locais. Às tradicionais queixas de corrupção ativa e passiva dos representantes locais da governação que manifestam ainda fraqueza administrativa do rei adicionava-se hostilidade expressa à presença e ação dos corregedores, funcionários da centralização régia. Fernando ao receber críticas desta natureza manifesta ter sido um monarca que encaminhava o reino português na direção de tendências modernizadoras das monarquias. A eficácia de funcionamento administrativo era cobrada pelos Concelhos, mas o equivalente peso da centralização era indesejado; dialética própria da transição para a modernidade.

A resposta a este desagrado municipal é a inércia de alguns Concelhos fronteiriços frente aos invasores castelhanos ⁷, postura que recebe do rei a nomeação de traição ao reino. No caso dos nobres, ainda na linha do *desnaturamento* previsto por Juan Manuel quando o nobre perpetrava ações específicas observamos que recebe sentença de traição ao rei: ferir ou matar seu senhor combatê-lo ou forçar vila e pôr fogo em sua terra.

Comparando a natureza das infrações e a identificação das acusações observamos algumas sutilezas que denotam relações diferentes entre rei e vassalos nobres e o rei e seus súditos vilãos. A base municipal recebe condenações coletivas e é-lhes cobrado pela indiferença na defesa do espaço físico natal, dentro das fronteiras do reino como no caso de facilitamento da entrada de invasores; traidores do reino. A elite recebe condenações pessoais, nominadas, personalizadas semelhante à natureza das relações que dispõem

⁷ De junho de 1369 a março de 1371 Bragança e Vinhais são acusadas de omissão frente à invasão e roubos dos inimigos (Fernão Lopes, *Crônica de D. Fernando*, ed. Salvador Dias ARNAUT, Porto: Civilização, 1966, cap. 33, pp.91-2 e cap. 36, pp. 97-8). Em fevereiro de 1382 os moradores do reino do Algarve estão declaradamente com Castela (AN / TT, *Chancelaria de D. Fernando*, I.II, f. 90 v).

com o seu rei. Pode efetivar *deserviço*, rompimento parcial ou total das obrigações juradas e esperadas pelo rei dentro ou fora de suas fronteiras; traidores do vínculo vassálico estabelecido com o rei. Assim, as relações régio-municipais caminham num ritmo acelerado de institucionalização, impessoalidade e centralização com todo ônus de cobrança que isto acarreta. Enquanto isso, as relações régio-nobiliárquicas permanecem num ritmo personalista muito menos rígido no que toca às cobranças de contrapartida e menos atingido por medidas centralizadoras.

Esta constatação explica as diferentes reações frente ao invasor externo e à noção de fronteira cuja precocidade na base municipal deve-se ao exercício quotidiano de defesa por parte do natural frente ao outro especialmente em épocas de conflito. Já as elites, regidas por relações de poder personalistas desconsideram estas noções físicas de fronteira, pelo menos a nobreza mais tradicional que gravita entre as Cortes peninsulares, entendendo-se ainda como parte de uma unidade ibérica mais que portuguesa. A composição da sociedade política fernandina fortemente heterogênea que secunda um rei, grande acolhedor de nobres galegos, castelhanos, aragoneses e genoveses, dentre outros, acirrava estas tendências de extraterritorialidade de que nos falava Salvador de Moxó. Quando se estabelece a crise dinástica após sua morte, Nuno Álvares Pereira, mesmo que inconscientemente projeta um modelo de monarquia no qual a nobreza predominantemente de serviço conduziria a base municipal nas ações para repelir o inimigo e buscaria nos cavaleiros-vilãos dos Concelhos, em parte por falta de opções, a única força confiável na defesa do território português. Estes, defendendo suas casas e patrimônio mostrar-se-iam uma força motivada e eficiente de guerra, precoces

na consciência de identidade a partir da naturalidade e na defesa de um valor de fronteira e reino português frente a um invasor castelhano. Assim, a defesa do espaço de naturalidade dos vilãos absorvida e divulgada como elemento inovador da dinastia de Avis, estaria na verdade em gérmen nos Concelhos muito tempo antes da crise de 1383. Seria, no entanto, propaganda assumida e difundida pela monarquia cujo modelo dava identidade ao reino português ainda que vencidas as etapas mais cruentas da crise, D. João I tenha dado continuidade à política de centralização que seus antecessores já vinham conduzindo, tornando-se um peso à mesma base municipal, nutriz das concepções inovadoras vendidas pela monarquia de Avis como régias.

Assim, entendemos que os modelos régios dão unidade ao reino, a monarquia fernandina buscava atender a todos, mas apresentava empiricamente uma vertente de privilégio das relações régio-nobiliárquicas enquanto que a monarquia de Avis partindo de um modelo mais complexo pressupunha uma inversão no sentido do privilégio às relações régio-municipais ainda que as queixas na prática tenham vindo igualmente dos nobres e dos Municípios insatisfeitos. Uma mudança mais de rótulo que de natureza ainda que as condições sócio-políticas do reino português nos inícios do século XV apontassem para uma reestruturação natural dos quadros nobiliárquicos. A nobreza de serviço tornava-se predominante, atualizava-se parcialmente em sua forma e conteúdo a exemplo da nobreza castelhana, relacionava-se mais institucionalmente com o seu rei e tinha plena consciência de sua indispensabilidade enquanto parte desta sociedade política, daí que tenha imprimido algumas marcas de inovação na monarquia a que servia. Assim, os inícios da dinastia de Avis foram marcados por uma monarquia frágil,

carente de legitimidade, dependente do apoio municipal e da nobreza de serviço, condição que obrigava à recepção parcial de perfis de atuação e governação extraídos da experiência destes grupos o que imprimiu uma feição dinâmica à instituição monárquica. Portugal, à luz do modelo régio de Avis tornava-se um reino de feição moderna ainda que funcionasse em alguns aspectos com estruturas plenamente medievais em lentíssima transformação. Fernão Lopes consagraria em sua obra esta feição.

3.2- Composição dos quadros nobiliárquicos. Conclusões:

A composição da sociedade política portuguesa à época da ascensão de D. Fernando constituía-se de nobres exilados recebidos por seus antecessores, os quais se hierarquizavam a partir de um núcleo formado pelo ramo ilegítimo dos Castro galegos e pelos Teles.

Dentro da nobreza natural do reino, destacam-se as linhagens dos Pereira e Pacheco, concorrentes entre si e vítimas dos emigrados mais antigos, assim como dos recém-emigrados. O serviço ao rei seria a principal vertente de ascensão e manutenção das condições adquiridas.

Observamos um padrão comportamental e sócio-político nesta nobreza de serviço, que privilegia as vinculações vassálicas às relações linhagísticas. Dada a fragilidade da sua estrutura familiar, observa-se uma tendência a apoiar-se privilegiadamente em uma rede de fidelidade rigidamente cumprida. Assim, aquilo que à primeira vista parece ser uma condição de enorme oscilação de fidelidade à luz de concepções modernas de prioridade à naturalidade, nos moldes medievais apresenta-se coerente com vinculações vassálicas que se regem por modelos de extra-naturalidade. Vínculos que têm

um ritmo mais rápido de realização e rompimento do que os critérios de pertença a um reino pela via natural, assim condições inóspitas como perseguição régia, isolamento político, desequilíbrio na distribuição de benefícios e privilégio exagerado de uma facção ou grupo seriam razões justificáveis para a quebra da fidelidade jurada. Condição que geralmente acarretava exílio para outro reino, principalmente quando esta vinculação fosse realizada com o rei. O serviço seria oferecido ao monarca vizinho sem que houvesse contradição, alguns questionamentos e acusação de *deserviço* daí advindos deveriam-se apenas ao não-reconhecimento do próprio rei do descumprimento de sua parte no acordo original, considerando-se, por isso, traído. Traição ao rei, *deserviço*, individual e personalizado, diferente da concepção de traição atribuída aos Concelhos, coletiva e ligada a critérios de naturalidade. A nobreza regenerada ao colocar o núcleo de sua vinculação no rei e no serviço acabava por gerir-se por padrões de fidelidade ainda tradicionais, especialmente se comparados à base vilã municipal. Mas, ao privilegiarem as vinculações vassálicas às linhagísticas manifestam uma diferenciação em relação à nobreza de sangue tradicional. A constatação de uma estrutura familiar frágil ou em alguns casos extinta por razões várias leva a buscar fora das linhagens o árbitro da hierarquização entre os nobres, o rei. Especialmente quando os maiores representantes da sociedade política portuguesa são emigrados ou quando estão exilados em oposição ao rei.

O rei é para esta nobreza o único alvo justificável de vinculação, assim a potencial fragmentação das fidelidades entre os nobres, antes hierarquizados pela sua antiguidade ou pelo direito de sangue se enfraquece e a Corte régia passa a ser o único refúgio destes grupos privilegiados em sua busca por

estabelecimento, segurança e projeção. O rei é quem hierarquiza estes nobres conforme sua competência; concede mais a uns que a outros concentra concessões e acirra concorrências. Condição que intensifica e agiliza as movimentações dos nobres entre as Cortes e multiplica os exílios numa peregrinação por vezes infundável de rei a rei até alcançar, ainda pelo serviço e vinculação vassálica, as condições consideradas ideais. Uma regra básica do jogo da governação destes séculos XIV e XV praticada tanto por D. Fernando como por D. João I de Avis.

Outro padrão destas movimentações seria a identificação de deslocções conjuntas, em grupo. Ramos de linhagens aproximados por relações de dependência pessoal e de parentesco artificial, fator secundário que solidificaria os vínculos originais vassálicos. Observa-se, portanto, dentro desta estrutura uma hierarquia na qual o cabeça dispõe naquele momento de maior projeção e de um contato familiar ou vassálico estabelecido no reino de destino.⁸ Fenômeno muito freqüente após a ascensão de Avis, assim como em 1398 quando os Pacheco lideram um grupo para Castela e mesmo quando Nuno Álvares Pereira ameaça sair do reino com seus vassallos. A Casa régia, veículo por excelência destes exílios, também seria o alvo imediato a conquistar, ainda que a aproximação fosse sempre prévia à partida do espaço de origem, garantindo que a deslocção não seria em vão. Além disso, no que se refere à agilidade de deslocção observamos uma relação direta entre iniciativa de inovação e mobilidade e a posição linhagística, ou seja, quanto menor o *satus quo* a defender menor a tendência à inércia.

⁸ Fernandes, Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV), In: *Cuadernos de Historia de España*, LXXXII, Facultad de Filosofía Y Letras, Universidad de Buenos Aires, Instituto de Historia de España "Claudio Sanchez-Albornoz", Buenos Aires, 2008, pp. 31-54.

Assim, nos dois primeiros reinados analisados, D. Pedro I e D. Fernando, costuma-se afirmar que os monarcas promovem uma política de atração dos primogênitos das grandes linhagens, favorecendo-os com amplas doações, agravando ainda mais o desequilíbrio do acesso às fontes de poder, por parte dos secundogênitos. No entanto, a ascensão da dinastia de Avis, obriga a uma reestruturação do equilíbrio de forças sócio-políticas, na medida em que não é uma transição pacífica, trata-se de colocar no trono um bastardo régio. Neste processo que engloba a crise de 1383-5, desponta a vertente concorrencial dos primogênitos em relação à monarquia, na medida em que temem a perda dos privilégios e prerrogativas adquiridos. E neste momento D. João I, o primeiro monarca de Avis, buscará o apoio dos secundogênitos, aproximando-os do poder, facultando-lhes recursos para o seu estabelecimento. Estratégia que também teria altos custos, na medida em que exigiria da monarquia a criação de estratégias de desenvolvimento de novas fontes de rendimento que permitissem alimentar a avidez desta nobreza de serviço que constituiu um dos principais grupos de apoio à sua ascensão. É destas novas estratégias que surge o movimento da conquista de Ceuta, uma válvula de escape às pressões internas exercidas sobre os monarcas de Avis.

Perfis auferidos de uma análise prosopográfica destes grupos trazendo o concreto à luz da análise que permitem uma relativização de algumas verdades historiográficas rotuladoras. Uma via de pesquisa adequada a estes períodos de transformação dos códigos, valores e modelos tanto da monarquia como das nobrezas que as cercam. Entender as relações régio-nobiliárquicas leva-nos igualmente à necessidade de expansão dos horizontes de análise compreendendo a relação dos reis com outras forças sócio-políticas que

constituem a sua sociedade política, especialmente com a sua base municipal, só assim, entendemos uma parte importante do jogo político baixo-medieval na Península Ibérica.

O rei promovia à sua volta, nestes fins da medievalidade, uma plasmação das identidades dos grupos tornando-se uma referência identificadora da instituição monárquica. A guerra, a fiscalidade, a lei legítima é do rei, nele concentram-se as expectativas de uma nobreza atingida por forte crise de identidade. Seus projetos macro de unidade nobiliárquica que ultrapassavam os limites dos reinos mostravam-se cada vez mais anacrônicos conforme se avançava no século XV. A sua justificação social só existia sob a guarda, patrocínio e mando régios especialmente num reino territorialmente limitado como o de Portugal, onde as regionalizações de poder tinham sido efêmeras e mais facilmente controláveis pela monarquia.

Os reis da dinastia de Borgonha no século XIV construía as bases de uma monarquia cada vez mais centralizada, evolução que Avis usufruía como tradição. Os germens da transformação já estavam plantados há algum tempo na base municipal, a qual seria transferida à nova dinastia como signo identificador atrelado à idéia de inovação. Não teria havido, portanto, uma quebra significativa com a dinastia de Avis, mas sim uma continuidade própria da diacronia histórica, permeada por elementos de atualização.

Estruturas em movimento em todo Ocidente ligadas às transformações próprias destes séculos de transição que seriam igualmente sentidas na Península Ibérica onde, no entanto, a base de composição cultural mais complexa geraria soluções plenas de especificidade fundindo tradições que chamaremos comodamente de mediterrânicas

